

Unesp reformula especializações com foco no mercado regional

Formações lato sensu alinham ensino às novas demandas sociais e profissionais

A Universidade Estadual Paulista (Unesp) consolidou um processo de reestruturação em seus cursos de pós-graduação lato sensu, coordenado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG). A iniciativa fundamenta-se nas novas diretrizes da Comissão de Especialização da Pós-Graduação (CEPG), que passou a atuar como um braço de assessoramento estratégico para a Câmara Central de Pós-Graduação.

O objetivo central desta reformulação é integrar projetos pedagógicos atualizados às vocações econômicas e tecnológicas das regiões onde os câmpus estão instalados, garantindo que a formação oferecida responda diretamente às transformações do mercado de trabalho e às demandas da sociedade civil.

Alinhamento

O trabalho de reestruturação, iniciado em 2024, conta com a colaboração da Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Práticas Pedagógicas (CDeP3). Segundo as informações, esta parceria visa prospectar novos convênios, modernizar a divulgação das oportunidades e fomentar a adesão do corpo docente a esse modelo de ensino.

De acordo com a ProPG, as especializações, que possuem carga horária mínima de 360 ho-



Divulgação

Um dos pilares da renovação é a criação de cursos customizados para setores específicos

ras, funcionam como um mecanismo de educação continuada capaz de reduzir a distância entre a teoria acadêmica e a prática profissional imediata. Atualmente, a instituição disponibiliza 30 cursos ativos nos formatos presencial, híbrido e a distância, financiados por mensalidades individuais ou parcerias institucionais.

Parcerias estratégicas

Um dos pilares da renovação é a criação de cursos customizados para setores específicos. Em

Franca, a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) estabeleceu uma parceria com a Polícia Penal paulista para oferecer a especialização em “Direitos Humanos e sua Aplicação na Polícia Penal”. Com 380 horas de duração e custeio integral pelo governo estadual, o curso capacita gestores do sistema penitenciário para a promoção da dignidade humana no ambiente prisional.

Outro projeto em fase de formalização atende à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura

e Logística (Semil), com foco em “Gerenciamento de Recursos Hídricos” e “Gestão Pública Municipal”, distribuídos em diferentes unidades universitárias para aproveitar as expertises locais.

Expansão nos câmpus

Em Araçatuba, o curso de Endodontia destaca-se pela longevidade, atingindo sua 33ª edição. No cenário atual, há processos seletivos abertos para formações presenciais em diversas cidades: Araraquara oferece

vagas em Endodontia; São José dos Campos foca em Implanto-dontia; e Sorocaba disponibiliza o curso de Tecnologias Inteligentes, Inovação e Sustentabilidade.

A administração central destaca que o modelo lato sensu não compete com o stricto sensu (mestrado e doutorado), mas o complementa ao atingir públicos com objetivos profissionais distintos, focados no aperfeiçoamento técnico e na aplicação prática de conhecimentos.

Gestão

Para a implementação de qualquer curso de especialização, a proposta deve obrigatoriamente ser aprovada pelo departamento de origem, pela Congregação da unidade e pela CEPG. Do ponto de vista administrativo, essas atividades geram a Taxa de Contribuição e Desenvolvimento da Universidade (TCDU), da qual 5% são destinados diretamente à ProPG para o suporte de novos convênios.

Esse fluxo financeiro, muitas vezes intermediado pela Fundunesp, permite que as unidades universitárias revertam recursos para a manutenção de laboratórios, participação de docentes em congressos e financiamento de trabalhos de campo, fortalecendo a sustentabilidade financeira e a produção científica dentro da própria universidade.

Reservatório beneficiará 1.500 moradores de Socorro

Divulgação/Governo de SP

Um novo reservatório de água no município de Socorro vai receber R\$ 5 milhões de investimento do Governo de SP. A secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, vistoriou as obras do Centro de Reserva de Água Tratada Ferruccio nesta sexta-feira (20).

A estrutura metálica possui capacidade para 1.000 m³ e visa ampliar a segurança hídrica e a eficiência do sistema local.

Modernização

A iniciativa integra o programa Rota da Água e atende diretamente cerca de 1.500 moradores. O projeto busca reforçar o fornecimento de água tratada em um município que já possui cobertura universalizada de saneamento, focando agora na resiliência e na modernização da infraestrutura operacional.



Projeto vai reforçar o fornecimento de água tratada na cidade

Iniciada em setembro de 2025, a conclusão da unidade está prevista para abril de 2026. Segundo a secretaria, a ampliação da capacidade de reserva é uma etapa técnica necessária para assegurar a continuidade do abastecimento. A agenda oficial reafirma as ações

estaduais voltadas à infraestrutura de saneamento básico e ao desenvolvimento de soluções de engenharia para o suporte hídrico municipal, alinhando a execução técnica ao cronograma de metas de universalização e manutenção dos serviços públicos.

TRE cassa mandatos em Martinópolis

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) cassou os mandatos do prefeito reeleito de Martinópolis, Valdeci Soares dos Santos Filho, e do vice-prefeito, Marcos Rogério Matarazo. A decisão reverteu a sentença de primeira instância e reconheceu a prática de abuso de poder político e econômico nas Eleições 2024. O prefeito foi declarado inelegível por oito anos.

Irregularidades

A condenação por abuso de poder político fundamentou-se no envio de um projeto de lei à Câmara Municipal em 30 de setembro de 2024. A proposta previa a reestruturação de carreiras e aumento real na remuneração de servidores públicos e do magistério. Segundo o relator, desembargador Encinas Manfré, a medida não possuía caráter urgente e gerou expectativa de benefício

financeiro no funcionalismo, ferindo a legislação eleitoral que veda tais atos no período que antecede a votação.

O tribunal também identificou abuso de poder econômico na oferta de transporte coletivo gratuito para moradores do distrito de Vila Escócia na semana da eleição. A implementação do serviço ocorreu em 1º de outubro de 2024 sem justificativa administrativa ou demonstração de necessidade imediata. Para a Corte, a concessão do benefício teve propósito eleitoral e comprometeu a legitimidade da disputa.

A defesa pode recorrer ao TSE para tentar recuperar os mandatos e reverter a inelegibilidade do prefeito.

O Correio da Manhã tentou contato com a Prefeitura de Martinópolis mas, até o momento, não obteve retorno.